

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



Prioridades para 2011

1. Promoção do emprego e combate ao desemprego
2. Continuar a desenvolver as políticas sociais
3. Relações laborais
4. Gestão eficiente do orçamento da Segurança Social
5. Um novo modelo de relacionamento da Segurança Social com o cidadão

1. Promoção do emprego e combate ao desemprego

- Manter a aposta nas medidas de emprego direccionadas aos jovens, aos desempregados de longa duração (DLD) e aos públicos mais desfavorecidos
 - Reforço dos programas de estágios profissionais para a população jovem;
 - Manutenção dos apoios à contratação de jovens e desempregados de longa duração;
 - Integração de 62.000 beneficiários de prestações sociais nos Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+);
 - Dinamização das medidas de apoio à criação do próprio emprego, através do reforço das linhas Microinvest e Invest+ e da criação de um novo programa para o apoio a projectos de microcrédito.
- Reforço do papel proactivo do serviço público de emprego na intermediação entre a oferta e a procura, designadamente, através da captação de mais ofertas de emprego e de ofertas com mais qualidade
 - Elevar para 150.000 o número de ofertas captadas pelos Centros de Emprego;
 - Aumentar para 90.000 o número de colocações efectuadas pela rede de Centros do IEFP;
 - Acompanhar 50.000 entrevistas de emprego nos sectores onde se registam maiores dificuldades de ajustamento.

1. Promoção do emprego e combate ao desemprego

Prioridade aos Desempregados Não Subsidiados

- Aumentar para 35.000 o número de colocações de desempregados não subsidiados através da intervenção dos Centros de Emprego;
- Integração de 30.000 de desempregados não subsidiados em cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA);
- Integração de 30.000 desempregados não subsidiados em acções de formação modular;
- Encaminhamento de 100.000 desempregados não subsidiados para os Centros Novas Oportunidades.

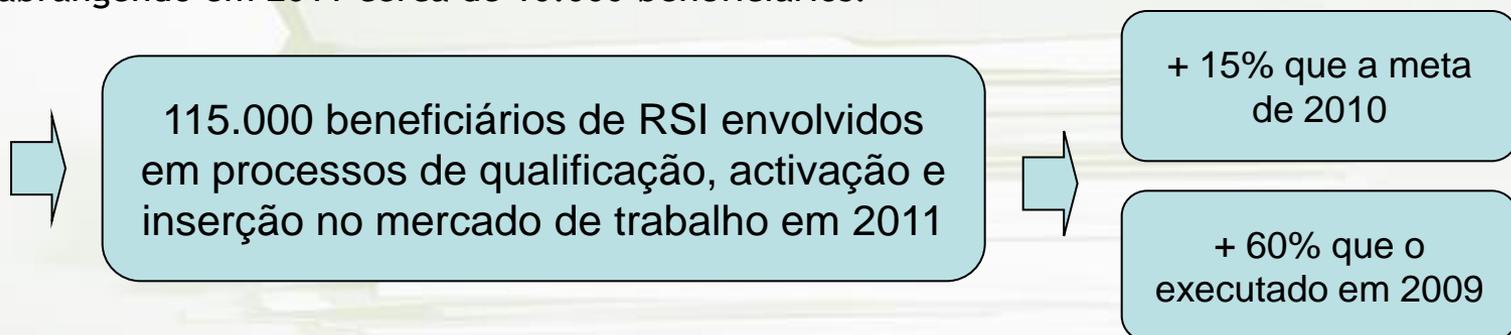


Envolver 150.000 desempregados não subsidiados em medidas activas de emprego

1. Promoção do emprego e combate ao desemprego

Activação inclusiva dos beneficiários de RSI

- Desenvolvimento do Plano de Intervenção para a Integração Socioprofissional de Beneficiários do RSI:
 - Até Setembro de 2010:
 - Emitidas mais de 70.000 convocatórias e colocados em postos de trabalho ou em trabalho socialmente necessário cerca de 14.000 beneficiários;
 - Envolvidos 82.000 beneficiários em acções de educação e formação profissional.
- Criação de um programa formativo, dirigido à promoção de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e sensibilização para o uso das tecnologias de informação e comunicação, abrangendo em 2011 cerca de 10.000 beneficiários.



1. Promoção do emprego e combate ao desemprego

Aposta nas Qualificações

- **Promoção da qualificação dos activos no quadro da reforma do sistema nacional de formação profissional**
 - Apoios centrados nas formações de dupla certificação;
 - Integração de 40.500 desempregados em cursos EFA - formação com bolsa;
 - Integração de 40.000 desempregados em acções de formação modular.
- **Encaminhamento, para a rede de Centros Novas Oportunidades (CNO), dos desempregados inscritos no IEFP que possuem habilitações inferiores ao referencial mínimo de qualificação**
 - Encaminhamento, para os CNO, de 200.000 desempregados com habilitações inferiores ao 12.º ano.

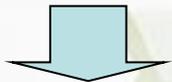
2. Continuar a desenvolver as políticas sociais

- **Programa PARES:**

- Estão actualmente em construção 255 equipamentos sociais, associados a um investimento público de 118,4 M€;
- Investimento público em 2011 será de pelo menos 54,7 M€.

- **Eixo 6 do Programa Operacional do Potencial Humano:**

- Aprovados de 227 equipamentos sociais.



Criação de emprego:

Equipamentos já concluídos: 3.076 postos de trabalho permanentes

Equipamentos em construção: 5.180 postos de trabalho

2. Continuar a desenvolver as políticas sociais

- Contratos Locais de Desenvolvimento Social:
 - Alargamento do número de CLDS, mais 50 em 2011 face aos 80 já existentes;
 - Investimento total de 18,6 M€ em 2011.
- Rede Nacional de Cuidados Continuados:
 - Continuação do alargamento da rede;
 - Investimento público em 2011 assegurado pelo Orçamento da Segurança Social de 33 M€ (+39% face à execução de 2010);
 - Alargamento a respostas no âmbito da saúde mental.
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas:
 - Alargamento em 2011 do programa com a intervenção em 500 habitações;
 - Investimento de 2 M€ em 2011.
- Concretização de um plano de acção tripartido entre serviços de emprego, da segurança social e das instituições de solidariedade social tendo em vista a prevenção de situações de afastamento do mercado de trabalho e exclusão social.

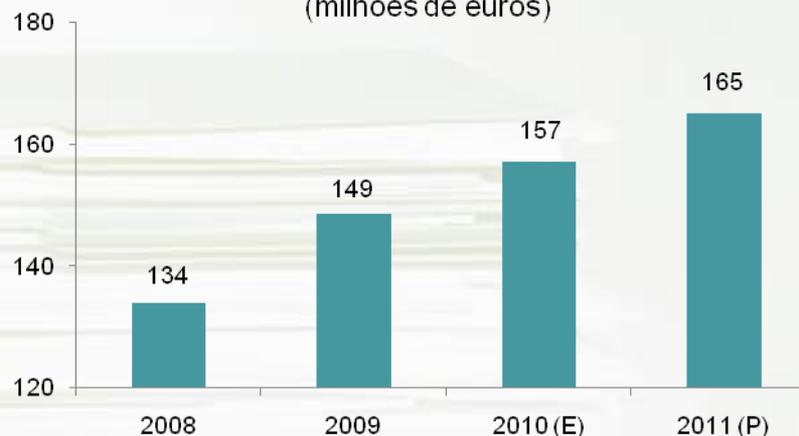
2. Continuar a desenvolver as políticas sociais

Uma política integrada para a deficiência

- **Programação estratégica de médio prazo**
 - Implementar a Estratégia Nacional para a Deficiência - ENDEF (2010-2013) numa base de valorização das parcerias aos níveis central e territorial.
- **Tornar mais eficiente o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)**
 - Aumentar a operacionalidade e a eficiência do Sistema;
 - Promover uma aplicação mais criteriosa dos recursos, potenciando a sua reutilização.
- **Acessibilidades: consolidar o conceito de Desenho para Todos**
 - Valorizar o planeamento estratégico da intervenção e a sua implementação;
 - Dar continuidade às acções de sensibilização e de formação para os diferentes agentes.
- **Manter os benefícios fiscais em vigor potenciando o aumento do apoio fiscal**
 - O rendimento auferido por pessoas com deficiência nas categorias A, B e H, voltará a ser considerado para efeitos de IRS apenas por 90%, não podendo o rendimento excluído em cada categoria exceder os 2.500 €.

Evolução do apoio fiscal em IRS

(milhões de euros)



2. Continuar a desenvolver as políticas sociais

Uma política sistémica para as crianças e jovens em risco

- **Consolidar o trabalho das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)**
 - Consolidar a rede promovendo a cobertura de todo o território nacional;
 - Reforçar o quadro técnico das CPCJ;
 - Promover uma melhor gestão de parcerias para a racionalização dos recursos disponíveis, numa base territorial.
- **Qualificar e diversificar respostas**
 - Qualificar técnicos e criar respostas especializadas para melhor responder aos perfis das crianças e jovens acolhidos;
 - Consolidar o *Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças* - reforçando parcerias, nomeadamente na área da saúde mental, com o objectivo de continuar a construir um sistema de acolhimento mais especializado e que garanta o cumprimento dos Direitos das crianças;
 - Operacionalizar o Instituto do Apadrinhamento Civil.
- **Promover a transversalidade na área da infância para uma gestão mais eficiente dos recursos**
 - Concretizar a 2ª fase da *Iniciativa para a Infância e Adolescência* (INIA);
 - Alargar o Programa *Nascer Cidadão* aos estabelecimentos privados da rede nacional de prestação de cuidados de saúde;
 - Reforçar a rede de intervenção primária numa base territorial para uma melhor rentabilização dos recursos e uma maior eficácia do sistema que potencie uma actuação mais célere, mais humanizada e mais eficiente.

3. Relações laborais

Promoção da adaptabilidade dos trabalhadores e empresas no mercado de trabalho e da igualdade de oportunidades

- Tendo por base as reformas legislativas na área do direito do trabalho e da segurança social assume-se o objectivo de reequilibrar as relações entre trabalhadores e empresários, quanto às vantagens que ambos podem ter em negociar formas de combinar flexibilidade e segurança.
- Continuar-se-á a melhorar a articulação entre o novo modelo de regulação dos sistemas de emprego, de relações laborais e de protecção social e as políticas de rendimentos decorrentes das decisões públicas, da contratação colectiva e das decisões empresariais.
- É objectivo do Governo reduzir as desigualdades de oportunidades profissionais entre trabalhadores com diferentes tipos de contratos, entre jovens e adultos e entre mulheres e homens, âmbito em que continuarão a ser seguidas medidas para a eliminação da segregação segundo o género, no mercado de trabalho.

3. Relações laborais

Autoridade para as Condições de Trabalho

- Eixos do Plano de Acção da ACT:
 - Promoção do Trabalho Digno
 - Acompanhar 6.000 locais de trabalho com organização do tempo de trabalho atípica (hotelaria, serviços, segurança, limpeza ...);
 - Combate ao trabalho não declarado e a todas as formas de dissimulação da relação de trabalho que comprometem a justa competição entre empresas
 - Acompanhar 6.000 empresas consideradas de risco (sectores com subdeclaração de tempos de trabalho à segurança social...);
 - Articulação das diversas áreas de intervenção da ACT com vista a apreender a realidade de desafios e constrangimentos vivenciada muito particularmente pelas PME's
 - Melhoria da informação e aconselhamento a empresas e trabalhadores e seus representantes.

3. Relações laborais

Autoridade para as Condições de Trabalho

- Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho
 - Reduzir a sinistralidade laboral e as doenças profissionais;
 - Acompanhar 5.000 empresas ou estabelecimentos consideradas de risco para a segurança e a saúde;
 - Desenvolver campanhas de informação sectorial e por tipo de riscos profissional.
 - Promover a saúde física e mental da população activa.
 - Acompanhar o funcionamento de serviços de segurança e saúde no trabalho em 1.000 empresas com mais de 400 trabalhadores ou de sectores de risco elevado.
- Reforço dos Recursos Humanos da ACT
 - Foram nomeados, em 2010, 148 novos Inspectores de Trabalho;
 - Em 2011 serão concluído processos de recrutamento de cerca de 172 outros profissionais.

4. Gestão eficiente do orçamento da Segurança Social

- Aplicação de medidas específicas, já iniciadas em 2010, associadas à redução da despesa pública e ao reforço da consolidação orçamental
 - Aplicação das novas regras de elegibilidade no acesso e manutenção de prestações sociais de índole não contributiva;
 - Alterações ao regime de protecção no desemprego; conceito de emprego conveniente, com o alargamento das possibilidades de acumulação de rendimentos com subsídio de desemprego parcial;
 - Aplicação de um conjunto de medidas subjacentes, no que diz respeito à sua aplicação, à própria entrada em vigor do OE para 2011:
 - Implementação do Código Contributivo;
 - Integração dos trabalhadores do sector bancário.
- Simplificação do processo declarativo à Segurança Social

4. Gestão eficiente do orçamento da Segurança Social

Combate à fraude e evasão contributiva.

- Estimativa de cobrança de dívida à Segurança Social em 2010: 400M€;
- Execução em 2010 do Programa + Viável com o objectivo da celebração de acordos com 60.000 contribuintes e enquadramento 680 M€ de dívida;
- Entrada em vigor no segundo semestre de processo automático para a cobrança de dívidas com mais de 90 dias.

- Objectivos para 2011:
 - Dinamizar estratégia de cobrança de dívida de trabalhadores independentes;
 - Implementação de um plano de redução da atribuição indevida de prestações sociais;
 - Aplicação do processo oficioso na declaração de remunerações;
 - Manter o objectivo de convocação para verificação de incapacidade de todas as baixas com duração superior a 30 dias;
 - Reforço na fiscalização domiciliária do RSI.

4. Gestão eficiente do orçamento da Segurança Social

principais receitas e despesas do orçamento da Segurança Social

	Previsão Exec. 2010 (1)	Orçamento 2011 (2)	OSS2011/ /Prev.Exec.2010 (2)/(1)
RECEITAS	23.789,15	24.023,01	1,0%
Contribuições	13.493,07	14.111,77	4,6%
Transferências do OE - LBSS/CPN-AFP-QREN	7.726,91	6.742,49	-12,7%
DESPESAS	23.407,77	23.485,56	0,3%
Pensões	14.019,72	14.416,28	2,8%
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	2.247,93	2.091,71	-6,9%
Subsídio de doença	442,78	430,67	-2,7%
Abono de família	964,91	747,28	-22,6%
Rendimento social de Inserção	520,84	400,00	-23,2%
Complemento Solidário para Idosos	265,98	272,11	2,3%
Ação Social	1.671,71	1.652,61	-1,1%
Administração	410,06	395,42	-3,6%
SALDO Orçamental em CN	576,68	557,59	-3,3%

5. Nova forma de relação da Segurança Social com os seus beneficiários

- Alteração do paradigma na relação entre os utentes e a Segurança Social, menos centralizado no atendimento presencial - Projecto ÚNICA:
 - Reengenharia dos processos de atendimento;
 - Integração dos 3 canais de atendimento: Seg.Social Directa, Via Seg. Social e atendimento presencial.
- Desenvolver um atendimento presencial com base em marcação telefónica.
- Desmaterialização do processo associado ao requerimento e atribuição de prestações sociais - Projecto DPN.
- Desmaterialização dos procedimentos associados ao processo executivo - SPET-NET.